

---

**A EDUCAÇÃO E AS SEXUALIDADES:**  
**um relato de experiência com a educação básica no seminário**  
***enlaçando sexualidades no estado da bahia***

**EDUCATION AND SEXUALITIES:**  
**an experience report with basic education at the “seminário**  
***enlaçando sexualidades” in the state of bahia***

---

Suely Aldir Messeder<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo versará sobre a relação entre um evento acadêmico e a Educação Básica. Trata-se do Seminário *Enlaçando Sexualidades*, cujo objetivo se volta para acolher, debater e difundir trabalhos originários de pesquisas e relatos de experiências sobre sexualidades. Aqui, pretende-se descrever a política intersetorial estabelecida com as Secretarias do Estado da Bahia bem como o arrolamento com os/as educadores/as. A intenção é demonstrar a perspectiva rizomática da temática das sexualidades, com efeito, buscar libertá-la do monopólio dos movimentos sociais, dos blocos monistas dos saberes teóricos e da tutela do Estado, sem desprezá-los individualmente, mas atenta às suas predileções ao poder. O evento se apresenta como um território constituído na ética do cuidado de si e de outrem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidades. Educação básica. Política intersetorial e ética.

**ABSTRACT:** This article will deal about the relationship between an academic event and the Basic Education. This is the Seminar Linking Sexualities, whose goal is to host, discuss and disseminate originate studies from researches and experiences reports on sexualities. Here, we intend to describe the intersectoral policy established with the Departments of the State of Bahia and the enrollment with educators. The intention is to demonstrate the rhizomatic perspective of theme of sexualities, in effect, seeking to liberate it from the monopoly of social movements, minists blocks of theoretical knowledge and the guardianship of the State, without despising them individually, but attentive to their predilections to the power. The event is presented as a territory constituted on ethics of self-care and others.

**KEYWORDS:** Sexualities. Elementary education. Intersectoral policy and ethics.

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia e Professora da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: [suelymesseder@gmail.com](mailto:suelymesseder@gmail.com)

## A EDUCAÇÃO E AS SEXUALIDADES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NO SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES NO ESTADO DA BAHIA

Nos versos de Caetano Veloso, “a vida é tão estreita, nada de novo ao luar, todo mundo quer saber com quem você se deita, nada pode prosperar”, temos pistas interessantes para entender como os dispositivos sobre sexualidades atuam no senso comum e como eles podem interferir no exercício da cidadania.

Seria, então, desconexo articular os estudos sobre sexualidades e a educação básica? Vejamos como se estabelecem os fins da educação básica no art. 22 da Constituição Federal de 1988, no capítulo próprio da educação: “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Nessa citação, depreendemos três elementos pilares da Educação Básica: a) “o” educando; b) a formação comum para o exercício da cidadania; e c) o fornecimento de meios para progredir no trabalho e em estudos superiores. Quando fragmentamos a educação básica em seus três elementos, torna-se possível formular questões que requerem a elaboração de políticas públicas no âmbito da articulação entre educação e os dispositivos da sexualidade, tais como: Como as sexualidades interferem na vida dos/as educandos/as? Qual o tipo de formação comum que poderia ser assegurada sobre as sexualidades para o exercício da cidadania? Em que medida a instrumentalização sobre sexualidades contribuirá para a ascensão no mundo do trabalho e nos estudos posteriores?

No território do *Enlaçando Sexualidades*, as respostas não devem ser peremptórias, uma vez que são buscadas sem proselitismos, tendo como princípios constitucionais: a) a Dignidade da Pessoa Humana; b) a Liberdade; c) a Igualdade e o Respeito à Diferença. Desta forma, o diálogo com as múltiplas perspectivas teóricas, os diferentes campos de saberes, os diversos movimentos sociais, a sociedade civil e com o Estado permite compreender a perspectiva rizomática da temática das sexualidades e, com efeito, buscar libertá-la do monopólio dos movimentos sociais, dos blocos monistas dos saberes teóricos e da tutela do Estado.

Destaca-se que cada segmento participe deste Seminário (membros dos movimentos sociais, discentes, docentes, pesquisadores/as e gestores/as públicos), quer seja em sua organização quer seja no seu decorrer, é tratado de forma individualizada, portanto, a pluralidade é apreciada e acolhida. Para que os enlaces se desenrolem, torna-se vital a prática do cuidar de si e do cuidado de outrem. O cuidado de si almejado no *Enlaçando Sexualidades* se aproxima da ideia de governamentalidade desenvolvida por Michel Foucault (2008), por conseguinte, se desdobra em dois domínios: conduzir os outros e a nós mesmos. Foucault advoga que o cuidado de si é um princípio de agitação, um princípio de movimento, um princípio de inquietude permanente. Na governamentalidade, o ato de conduzir os outros não requer uma atitude passiva ou a anulação da liberdade do outrem que é conduzido. Este outrem sempre será um sujeito de ações, o que implica a possibilidade de revoltas ou de contracondutas.

Antes de adentrarmos mais especificamente na experiência entre as sexualidades e a Educação Básica, através do Seminário *Enlaçando Sexualidades*, torna-se necessário verificar as políticas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), seus arranjos institucionais e os marcos legais no campo da diversidade cultural que se delinearão a partir de 2008, quando da fecundação deste Seminário.

Desta forma, iremos caminhar neste artigo em três seções e mais as considerações finais. Na primeira seção, teremos como inspiração o texto “As políticas de diversidade na educação no Governo Lula”, escrito por Sabrina Moehlecke (2009), cujo conteúdo versa sobre a primeira gestão do governo Lula e a posição do MEC diante da questão da diversidade cultural, temática proeminente no debate da Educação.<sup>2</sup> Na segunda seção, trataremos, de forma mais específica, da política intersetorial empregada no *Enlaçando* cujo princípio defendido para compor

---

<sup>2</sup> Em abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é lançado pelo MEC, comportando 30 ações que incidem sobre os diversos aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades. Savianni (2007) sistematiza as ações da seguinte maneira: “No que se refere aos níveis escolares, a educação básica está contemplada com 17 ações, sendo 12 em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o “FUNDEB”, o “Plano de Metas do PDE- IDEB”, duas ações dirigidas à questão docente (“Piso do Magistério” e “Formação”), complementadas pelos programas de apoio “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guias de tecnologias”, “Censo pela Internet”, “Mais educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital”. (1233 pg.).

as articulações com as Secretarias do Estado tem a ver com o discurso rizomático das sexualidades. Por fim, far-se-á uma breve descrição da relação estabelecida com os/as educadores/as em relação ao processo de aprendizado de um tema que a moralidade envolve no obscurantismo.

### 1. A POLÍTICA DA DIVERSIDADE INICIADA NO GOVERNO LULA

Seguindo os passos de Sabrina Moehlecke (2009), apreciamos três sentidos distintos empregados para a concepção da diversidade cultural no campo das políticas públicas acionadas pelo MEC: a) a inclusão social; b) as ações afirmativas; e c) as políticas de diferenças. Para identificar e compreender estes múltiplos sentidos empregados na agenda política, a autora se debruçou nos Programas e Ações do MEC da primeira gestão do Governo Lula (2003-2006), tendo como base o conceito de análise de políticas públicas desenvolvido por Marta Arretche (1998) cujo conteúdo se afasta da ideia de avaliação que tem a ver com a adoção de técnicas que verifiquem a relação de causalidade entre um programa e um resultado específico. Moehlecke buscou cotejar o conceito de diversidade na literatura dos Estudos Culturais e Pós-coloniais (Taylor, 1994; Giroux, 1999; Hall, 2003) e, em seguida, confrontou com os programas e ações institucionais do Ministério da Educação. Os Quadros 1 e 2 irão mostrar, respectivamente, os marcos normativos existentes e o conjunto de metas para o governo definidos no período estudado abrangendo a diversidade e a área da educação.

**Quadro 1**

**Marcos Normativos**

Lei/decreto	Grupo Vulnerável	Objetivo
10.639/03	Afro-brasileiros	Obrigatório Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana
11.645/08	Indígenas	Ensino das questões indígenas nos currículos escolares
5.296/04	Pessoas com deficiência	Atendimento a pessoa com deficiência
5.626/05	Pessoas com deficiência	Regulamentar a Língua Brasileira de Sinais-Libra
3.627/04	Estudantes de escolas públicas, negros e indígenas.	Percentual de vagas na IFEs para o grupo
7.200/6	Estudantes de escolas públicas, negros e indígenas.	Reforma para Educação Superior o grupo

Fonte: Sabrina Moehlecke (2009),

**Quadro 2**  
**Metas para o governo**

Planos/Programas	Grupo	Objetivo
PNEDH - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Todos/as	Promover uma educação de qualidade para todos, entendida como direito humano essencial. Assim, a universalização do ensino fundamental, a ampliação da educação infantil, do ensino médio, da educação superior e a melhoria da qualidade em todos esses níveis e nas diversas modalidades de ensino são tarefas prioritárias
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	Mulheres	A educação inclusiva e não sexista, visando a promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas. Já o Plano Plurianual (PPA 2004-2007),
Programa Brasil sem homofobia	Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais, Transgêneros	Combate à violência física, verbal e simbólica, sofrida por pessoas LGBTTT. Promover valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual.

Fonte: Sabrina Moehlecke (2009)

Quando apreciamos os quadros supracitados, vemos que as leis institucionalizadas no quadro educacional contemplam as questões raciais, indígenas e de pessoas com deficiência, enquanto que as metas se destinam às mulheres e às pessoas LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). A partir destes quadros, Moehlecke (2009) nos apresenta os novos arranjos institucionais do MEC, com destaque para a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que tem o intuito de articular, entre outras questões, o tema da diversidade nas políticas educacionais. A autora nos revela que esta Secretaria foi resultante da fusão entre a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) e a Secretaria de Inclusão Educacional (SECRIE) e da incorporação de programas antes localizados em outras secretarias do MEC.

Interessante é que, com esta mudança, tivemos a alteração, também, do sentido atribuído à temática da diversidade. Se, por um lado, no primeiro momento da gestão do ministro Cristovam Buarque, a diversidade se vinculava a uma preocupação maior com a ideia da inclusão (a equidade e a melhoria da situação de desigualdade e vulnerabilidade social e educacional), por outro lado, com a criação

da SECAD, apreciamos a ideia da política da diferença. Ou seja, era necessário investir na articulação das ações de inclusão social com a valorização da diversidade étnica e cultural brasileira.

A autora, ainda, destaca três operações desencadeadas pelo Governo para tentar assegurar esta política da diversidade: 1 – criação de câmaras temáticas; 2 – proximidade com a sociedade civil organizada, seja por meio de comissões de assessoramento ou de parcerias na execução de assessoramento; e 3 – uma estratégia de ação descentralizada, baseada na coordenação, articulação e indução de políticas nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), com envolvimento de atores não governamentais.

Pode-se constatar, através da avaliação feita das vinte e quatro ações direcionadas para a diversidade, dois tipos de características: a) programas direcionados para o acesso a bens e serviços para determinados públicos como negros, indígenas, mulheres e lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT) e pessoas com deficiência e de baixa renda; b) programas que procuram desenvolver um trabalho de formação, debates e produção de conhecimento acerca da temática da diversidade cultural na educação.

Tendo a política da diversidade cultural como ponto pacífico de atuação do Governo, Moehlecke (2009) se reporta a questões que precisam ser repensadas: a) a polissemia do termo diversidade cultural; b) a transversalização entre os Ministérios e as suas diversas secretarias; c) a tensão entre as políticas universais e as políticas particularistas; d) o caráter errático da maioria dos programas – os quais, em sua maioria, não passam pelo Legislativo –, que faz com que eles dependam, em grande parte, das pessoas à frente de sua gestão; e e) a relação com o movimento social.

Em 2008, no âmbito desta política da diversidade, nasceu o projeto do Seminário *Enlaçando Sexualidades*, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) cujo desejo se direcionava para a multidisciplinaridade e intersectorialidade da temática das sexualidades:

Este evento pretende articular os três segmentos distintos das Instituições de Ensino do Estado da Bahia: Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Médio (Educação Básica) ,

além das ONGS que se configuram como parceira na construção e difusão do conhecimento Científico e Tecnológico... Outro passo importante é a possibilidade de aproximar os estudos de caráter quantitativo e qualitativo, contando com a presença e a contribuição da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, com os estudos demográficos. (Evento Pedido Nº 5392/2008 - Enlaçando Sexualidades, 2008, p. 2).

Com esta proposta, cobiçava-se a participação, o envolvimento e a formação da comunidade acadêmica, da comunidade escolar e dos movimentos sociais:

Além da possibilidade de agregar estes pesquisadores/as, contaremos com a participação dos/as professores/as e alunos/as Rede de Escola de Ensino que serão monitorados nos primeiros três meses do ano que antecede o evento. Esta monitoração configura-se no projeto de pesquisa-ação que será iniciado em 10 escolas com a finalidade de compreender as questões mais primordiais sobre sexualidades que aparecem no âmbito e fora das escolas através das representações de professores e alunos. Esta pesquisa irá subsidiar as três oficinas temáticas destinadas aos estudantes e as algumas ONGS que trabalham com sexualidades. Os professores colaboradores do projeto da rede estadual e municipal serão incentivados a se apresentarem na Seção de Comunicação. (Evento Pedido Nº 5392/2008 - Enlaçando Sexualidades, 2008, p. 3).

Na próxima seção, teremos a oportunidade de descrever como ocorreu a intersectorialidade, expondo as principais parcerias estabelecidas com as Secretarias do Estado da Bahia. Em seguida, discorre-se sobre o tipo de política de sexualidades que se pretende construir no Estado da Bahia com a participação da Educação Básica, através do Seminário *Enlaçando Sexualidades*.

## 2. UMA EXPERIÊNCIA COM A POLÍTICA DA DIVERSIDADE CULTURAL NO ESTADO DA BAHIA NARRADA A PARTIR DO SEMINÁRIO *ENLAÇANDO SEXUALIDADES*

### 2.1 A Intersetorialidade do Seminário *Enlaçando Sexualidades* na Bahia

Em 2008, no contexto das políticas sobre diversidade cultural promovida pelo Governo Lula, a Universidade do Estado da Bahia fecundou o Seminário *Enlaçando Sexualidades*, tendo como um dos seus interlocutores privilegiados os/as professores/as da Educação Básica, além dos/as pesquisadores/as, gestores públicos e membros dos movimentos sociais.

No momento inicial, os principais apoiadores desta ação no âmbito do Governo do Estado da Bahia foram a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento (SEPLAN); a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); o Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão em regime especial da Secretaria Estadual da Educação; e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI). Nas outras edições, tivemos algumas perdas, muito embora fossem estabelecidas novas parcerias tais como com a Secretaria de Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com as suas respectivas Superintendências de Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos - (Núcleo LGBT da Bahia).

Em relação ao município, tivemos apoio da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Salvador. É preciso esclarecer que os enlacs estabelecidos com as secretarias são negociados a partir das especificidades de cada uma, por isto, dispor da temática das sexualidades como um discurso rizomático pautado nos princípios dos direitos sexuais e direitos reprodutivos é fundamental. A agenda das sexualidades não deve permanecer circunscrita às ilhas individualizadas dos movimentos sociais, tampouco ao bloco monolítico dos saberes teóricos. Deste modo, exporei as razões que conduziram as negociações com as secretarias.

Dentre as Secretarias e órgãos envolvidos com o Seminário *Enlaçando Sexualidades*, a única que não estava exatamente direcionada para a Educação Básica era a SEPROMI, cuja presença se justifica na medida em que, na escrita do projeto matriz, podemos apreciar a seguinte citação:



É importante destacar a proximidade e participação dos pesquisadores dos países da África Central, sobretudo porque o Estado da Bahia abriga a maior diáspora negra no Brasil. (Evento Pedido Nº 5392/2008 - Enlaçando Sexualidades, 2008, p. 2).

Quando nos voltamos para entender a participação mais efetiva da SEI neste Seminário, é preciso esclarecer que havia o interesse de uma publicação direcionada aos profissionais da Educação Básica, que seria uma breve cartilha com as informações básicas sobre a demografia do Estado da Bahia, com ênfase nas taxas de fecundidade, de nupcialidade e de envelhecimento. Esta parceria começou a ser estabelecida no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, na cidade de Caxambu-MG.

Por fim, a parceria com o IAT e a Secretaria de Educação de Salvador, o seu desenrolar esteve mais diretamente envolvido com a formação dos/as educadores, conforme se pode verificar:

[...] o objetivo de capacitar seus educadores/as de ensino fundamental e médio através de um curso que antecede o evento, intitulado Enlaçando Sexualidades e os Educadores, com a carga horária de 60 horas, cujo conteúdo permite a participação deles/as na modalidade de Relatos de Experiências. Estes relatos revelam as diversas facetas dos dispositivos das sexualidades nas Escolas, sob a perspectiva dos/as educadores/as. Estes/as educadores/as também passam a identificar e conhecer o evento em sua totalidade, ou seja, são partícipes e não meros ouvintes. Como contrapartida essas instituições pagam as inscrições dos/as seus educadores, bem como contribuem na divulgação do evento. (Pedido Nº 615/2011 – Enlaçando Sexualidades, 2011, p. 2).

Quando nos reportamos aos motivos dos arranjos institucionais, verificamos o caráter rizomático do conhecimento sobre sexualidades. As propostas decorrem conforme a especificidade das Secretarias, muito embora as respostas a estas propostas não dependam exclusivamente destas especificidades, daí as dificuldades de se instituir uma política da diversidade cultural voltada para uma política das sexualidades de forma intersetorial. As parcerias institucionais com a

SEPROMI, a SEI, o IAT e a Secretaria de Educação da Prefeitura de Salvador mostraram seu caráter errático, suas fragilidades e a ambiguidade características da ação pública, que se tornaram mais evidentes na ocasião das posteriores edições do Seminário, posto que foi impossível um novo canal de negociação para consolidá-las. Para aprofundar esta questão, teríamos que fazer um exame da engenharia institucional no Estado da Bahia e, possivelmente, entender que, em grande parte, as parcerias se construíram por conta da ideologia antidiscriminatória das pessoas à frente de sua gestão. Nas edições posteriores, tivemos novas parcerias que se estabeleceram de forma mais contínua, a exemplo da parceria com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Na próxima seção, tentaremos compreender como os estudos sobre as sexualidades podem cooperar com os já citados três pilares da Educação Básica: “o” educando, a formação comum para o exercício da cidadania e o fornecimento de meios para progredir no trabalho e em estudos superiores. Vejamos a seguinte citação depreendida do projeto do Seminário *Enlaçando Sexualidades*:

a) Sexualidades, Gênero e Geração: b) Sexualidades Migração e Turismo. Estas mesas irão contribuir na compreensão das relações de poder entre feminilidades e masculinidades, valorizando o olhar sobre as relações etárias e interraciais; basicamente estas mesas estarão centradas no contrato heterossexual compulsório. A quarta mesa tem a proposta de um novo giro: centra-se na relação entre Sexualidades e Heteronormatividade, e teremos a oportunidade de averiguar como estas normas podem ser completamente excludentes quando se tem notificado em estudos na Argentina que os meninos com jeito efeminados são coagidos a não frequentar a escola. Desta forma podemos deduzir que se forja um destino único para estas pessoas no mercado de trabalho. Em outras palavras podemos de forma menos criteriosa perceber a divisão gestual do trabalho, além da tão exaustivamente estudada divisão sexual do trabalho. (Evento Pedido Nº 5392/2008 – *Enlaçando Sexualidades*, 2008, p. 3).

A citação acima demonstra que as políticas das sexualidades identificadas no Seminário desejam ampliar o leque de discursos sobre sexualidades entre os/as Educadores, por conseguinte, aos seus educandos/as. A política do *Enlaçando* é para além da denúncia da ideologia baseada na matriz da heterossexualidade

compulsória, racializada e sexista. Esta é a matriz que fabrica a discriminação estruturante e estruturada nos diversos campos das relações humanas quer seja na família, na escola, nos espaços de lazer, no campo da saúde e no mundo do trabalho.

Quando nos debruçamos para entender a política da diversidade cultural ensejada no Seminário *Enlaçando Sexualidades*, acolhemos a seguinte ideia, depreendida no site da sua terceira edição:

Parafraseando Geertz (2001), 'Isso, falando de coisas que têm que ser assim, já não é possível. Se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa' – experimentamos os estudos sobre as culturas como uma possibilidade, uma abertura para olhar além do provincianismo que nos cerca. Com efeito, desprezamos a ideia do anti-relativismo. Por outro lado, a ideia do relativismo nunca foi exatamente a busca dos/as antropólogos/as, mas sim, o desejo de conhecer e contextualizar a 'forma de ser no mundo'. Se num dado momento, como um ser no mundo, fomos representados como o Outro, hoje, seguramente, somos nós, que pensamos como o Outro, nos insurgimos. E somos nós que falamos como sujeitos agenciados, buscando um devir na nossa 'descolonização'. Neste primeiro ponto, portanto, falamos dos estudos sobre culturas como uma possibilidade de reflexão, que nos ajudaria a compor um mosaico de vozes, cujo destino seria a Dignidade Humana. Não como abstrata, mas sim como uma posição mais justa e mais feliz. Para imaginar sexualidades como uma forma de ser cultural, pensa-se em Gayle Rubin, antropóloga, ativista-acadêmica, que nos fala de uma Justiça Erótica, e daí se compromete com ela para enveredar-se na compreensão do que seria exatamente que nós poderíamos, enquanto estudiosos/as, perceber sobre as sexualidades... Nesta trilha do desmontar do amor romântico anunciamos uma nova forma de se reinventar, quer seja pelo 'amor confluyente', quer seja por quaisquer outras formas..., e daí pensarmos o sexo sem ou com procriação como uma possibilidade em nossos relacionamentos. A prática sexual com consentimentos concretos sem assimetrias, desejos sem clausuras... Quem são e quem poderia exercê-los? Quais os atores e atrizes a bailar ou desejosos de bailar? Heterossexuais, homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais, mulheres masculinizadas, homens afeminados, transgêneros. (Seminário Enlaçando Sexualidades, 2013).

A política da diversidade cultural que se constitui no Seminário *Enlaçando Sexualidades* tem como princípio a participação da sociedade civil organizada, ao tempo em que deseja a participação de todos/as aqueles/as atores e atrizes dotados/as ou seduzidos/as pelo princípio da solidariedade humana, e, sobretudo, daqueles/as que compartilham de uma política antidiscriminatória. Portanto, os debates e ações promovidas para/e com todos/as é pautado no âmbito dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, pois, com efeito, as relações estabelecidas com as pessoas envolvidas é constituída pelo princípio ético do cuidado de si.

### 3. EDUCADORES/AS E AS SEXUALIDADES

No primeiro volume da Coleção do Seminário *Enlaçando Sexualidades*, temos o texto “Gênero está para corpos masculinos e femininos, assim como sexualidades está para homossexualidade e abjeções: uma breve reflexão a partir das representações das sexualidades elaboradas pelos(as) professores(as) da Rede Metropolitana de Salvador” (MESSEDER; MARTINS; MIRANDA, 2010) cujo conteúdo desvela a ideologia do Seminário e a experiência com os professores que participaram do Curso que precede o evento.

No decorrer do Curso, não existe uma preocupação com a formação dos/as educadores/as no sentido de impor diretrizes de uma educação sexual. A temática da sexualidade deve acolher a perspectiva rizomática ((DELEUZE & GUATTARI, 2000). Com isto, percebemos que devemos agir com a compreensão de que nós da Comissão dos/as Educadores devemos desenvolver uma espécie de “escuta solidária” e, com efeito, este ato cognitivo do ouvir nos ajuda a compor um mosaico de vozes cujos conteúdos ora nos surpreendem, ora nos revelam que a maioria docente ainda mantém uma visão restrita, coerente com a concepção médico-higienista da sexualidade, ora nos mostram o proselitismo religioso obscurecendo o tema das sexualidades.

A Comissão dos/as Educadores/as do Seminário *Enlaçando Sexualidades* se constrói no âmbito da governamentalidade cuja proposta tem a ver com o compartilhar, o produzir/difundir conhecimento sobre as sexualidades, em uma perspectiva rizomática cuja reverberação ocorra em torno do princípio da desconstrução da essência do biológico. Ou seja, as sexualidades e o sexo deverão

ser apreciados em seus amplos sentidos seja histórico, cultural, demográfico, econômico, psicológico ou biopolítico.

A moralidade deve ser apreciada de forma crítica, mas o apelo à ética do cuidado é premente e imprescindível no diálogo com os/as educadores/as. Existem situações conflituosas e, às vezes, agressivas, por conta dos apegos aos sistemas religiosos, da belicosidade dos/as militantes e acadêmicos/as ativistas. Entretanto, a paciência com a pluralidade e a política contrária à totalidade sem fragmentos deverá ser o convencimento de quem deseja um mundo mais respeitoso.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, buscou-se compreender a política intersetorial proposta no Seminário *Enlaçando Sexualidades* bem como o seu envolvimento com a Educação Básica, tendo como contexto a “Era da política da diversidade cultural” iniciada na primeira gestão do Governo Lula.

Moehlecke (2009) nos permitiu entender, por um lado, as três operações desencadeadas pelo Governo para tentar assegurar esta política da diversidade: 1 – a criação de câmaras temáticas; 2 – a proximidade com a sociedade civil organizada, seja por meio de comissões de assessoramento ou de parcerias na execução de assessoramento; e 3 – uma estratégia de ação descentralizada baseada na coordenação, articulação e indução de políticas nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), com envolvimento de atores não governamentais. Por outro lado, ela sugere as reais dificuldades que entravaram o estabelecimento mais efetivo da política da diversidade.

Seguindo os passos de Moehlecke (2009), deslocou-se a análise para o âmbito do Seminário *Enlaçando Sexualidades*, pretendendo, assim, verificar como a política da diversidade cultural e a política da intersetorialidade se deslancharam. Primeiramente, demonstrou-se os motivos pelos quais as parcerias institucionais com a SEPROMI, a SEI, o IAT e a Secretaria de Educação da Prefeitura de Salvador se consolidaram, embora a ideia de consolidação seja temporária e espacial, uma vez que estes motivos mostraram seu caráter errático, suas fragilidades e a ambiguidade

características da ação pública. Os motivos para a adesão se mostraram efêmeros, porque, em grande parte, as parcerias se construíram por conta da ideologia antidiscriminatória das pessoas à frente de sua gestão na ocasião. Para a implementação mais efetiva de uma política das sexualidades em uma perspectiva rizomática, é necessário o investimento em uma política de Estado e, não meramente, uma política de governo.

Na seção seguinte, investimos na compreensão da política da diversidade cultural abraçada pelo Seminário *Enlaçando Sexualidades*, diante dos/as educadores/as. Vimos que o conteúdo, ou melhor, o devir do conteúdo tem a ver, efetivamente, com a busca da materialidade de um mosaico de discursos sobre sexualidades e daí refuta-se, sem agressividades na forma e na solidariedade na escuta, o proselitismo religioso, a visão restrita, coerente com a concepção médico-higienista da sexualidade e da presunção arrogante da matriz heterossexual compulsória, racializada, sexista e classista. A escuta deve está preparada para os múltiplos,

E como nos diz Caetano, “nada pode prosperar” quando nos deparamos com os discursos desenrolados pelo caminho da negatividade das sexualidades ou pelas pretensões monistas das sociedades, seja pelos seus sistemas religiosos, seja pela forma de militância conhecida, pela predileção por um poder, pelas saídas teóricas unívocas, seja pela impaciência na escuta sobre o outrem. Mais importante do que a libertação das sexualidades e do desejo é a preocupação com as práticas éticas requeridas neste movimento territorial intitulado *Enlaçando Sexualidades* em suas múltiplas interações.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: editora perspectiva, 1998.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil platôs (volume I)**. São Paulo: editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs (volume III)**. São Paulo: editora 34, 2000 a

FOUCAULT, Michel. Ética, **Sexualidade e Política**. Coleção Ditos e Escritos, vol. V, Forense Editora, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GEERTZ, Clifford. Anti anti-relativismo. In: \_\_\_\_\_. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a. p. 47-67.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESSEDER, Suely Aldir; MARTINS, Marco Antonio Matos; MIRANDA, Amanaiara. Gênero está para corpos masculinos e femininos, assim como sexualidades está para homossexualidade e abjeções: uma breve reflexão a partir das representações das sexualidades elaboradas pelos(as) professores(as) da rede metropolitana de Salvador. In: MESSEDER, Suely Aldir; MARTINS, Marco Antonio Matos. (Org.). **Enlaçando sexualidades**. Salvador: Eduneb, 2010. v. 1, p. 41-60.

MESSEDER, Suely Aldir. Apontamentos sobre sexualidades na terceira onda do Movimento LGBT: um breve olhar nos estudos sobre sexualidades na produção científica no Brasil. In: SILVA, Antônio de Pádua Dias da. (Org.). **Literatura contemporânea e homoafetividade**. João Pessoa: UFPB, 2011. v. 1, p. 219-232.

\_\_\_\_\_. **Projeto de evento Seminário Enlaçando Sexualidades**. Fundação de Amparo a Pesquisa da Bahia. Salvador, 2008. (não publicado)

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no Governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 461-87, maio/ago. 2009.

RIOS, Roger Raupp. **Para um direito democrático da sexualidade**. Horiz. antropol. [online], v. 12, n. 26, p. 71-100, 2006.

RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. v. 1. 295p.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle; HALPERIN, David. (Ed.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. Nova York: Routledge, 1993.

SAVIANNI (2007) **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: análise do projeto do MEC, Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

Seminário Enlaçando Sexualidades. **Caderno de programação e resumos [do] III Seminário Enlaçando Sexualidades**: de 15 a 17 de maio de 2013. Salvador: EDUNEB, 2013

VIANNA, Claudia Pereira; CARVALHO, Marília Pinto de; SCHILLING, Flavia Ines; MOREIRA, Maria de Fatima Salum. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educação e Sociedade**, v. 32, n. 115, p. 525-545, abr./jun. 2011.

**Recebido em 08 de dezembro de 2013.**

**Aprovado em 12 fevereiro de 2014.**